RGe ISSN: 2177-3246

MULHERES RURAIS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O PROJETO ENERGIA MULHERES DA TERRA EM ORIZONA, GOIÁS, BRASIL

RURAL WOMEN AND THE SEXUAL DIVISION OF LABOR: THE ENERGIA MULHERES DA TERRA PROJECT IN ORIZONA, GOIÁS, BRAZIL

MUJERES RURALES Y LA DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO: EL PROYECTO MUJERES DE LA ENERGÍA TERRESTRE EN ORIZONA, GOIÁS, BRASIL

10.56238/revgeov17n5-139

Isadora de Paula Vieira Alencar
Doutoranda em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – PPGTECCER
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: isadoralencar@live.com

Roseli Martins Tristão Maciel
Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: roselitristaomaciel@gmail.com

Divina Aparecida Leonel Lunas
Doutora em Desenvolvimento Econômico
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: divalunas@gmail.com

RESUMO
O presente estudo analisa as relações de desigualdade presentes no trabalho de mulheres agricultoras familiares beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra no município de Orizona, Goiás, Brasil. Parte-se do entendimento de que as desigualdades entre homens e mulheres constituem processos historicamente construídos, associados à consolidação do modo de produção capitalista e à divisão sexual do trabalho. A pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de informações referentes à agricultura familiar e às tecnologias sociais implementadas junto às agricultoras participantes. Os resultados indicam que as tecnologias implantadas contribuíram para melhorias nas condições produtivas e para a ampliação da participação feminina em espaços comunitários. Entretanto, as experiências analisadas permanecem inseridas em uma realidade marcada pela divisão sexual do trabalho, pela sobreposição entre atividades produtivas e responsabilidades domésticas e pela permanência de desigualdades historicamente constituídas.

Palavras-chave: Trabalho Feminino Rural. Agricultura Familiar. Divisão Sexual do Trabalho. Projeto Energia Mulheres da Terra. Tecnologias Sociais.

ABSTRACT
This study analyzes inequalities in the work of family women farmers who benefited from the Energia Mulheres da Terra Project in the municipality of Orizona, Goiás, Brazil. It is based on the

understanding that inequalities between men and women are historically constructed processes associated with the consolidation of the capitalist mode of production and the sexual division of labor. The research adopts a qualitative approach based on bibliographic review, documentary analysis, and the collection of information regarding family farming and the social technologies implemented among participating women farmers. The results indicate that the implemented technologies contributed to improvements in productive conditions and to the expansion of women's participation in community spaces. However, the experiences analyzed remain embedded in a reality marked by the sexual division of labor, the overlap between productive activities and domestic responsibilities, and the persistence of historically constituted inequalities.

Keywords: Rural Women's Labor. Family Farming. Sexual Division of Labor. Energia Mulheres da Terra Project. Social Technologies.

RESUMEN

Este estudio analiza las desigualdades presentes en el trabajo de las mujeres agricultoras familiares beneficiarias del Proyecto Mujeres de la Energía de la Tierra en el municipio de Orizona, Goiás, Brasil. Parte de la premisa de que las desigualdades entre hombres y mujeres constituyen procesos históricamente construidos, asociados a la consolidación del modo de producción capitalista y la división sexual del trabajo. La investigación adopta un enfoque cualitativo y se basa en la revisión bibliográfica, el análisis documental y la recopilación de información sobre la agricultura familiar y las tecnologías sociales implementadas con las mujeres agricultoras participantes. Los resultados indican que las tecnologías implementadas contribuyeron a mejorar las condiciones productivas y a ampliar la participación femenina en los espacios comunitarios. Sin embargo, las experiencias analizadas permanecen inmersas en una realidad marcada por la división sexual del trabajo, la superposición entre las actividades productivas y las responsabilidades domésticas, y la persistencia de desigualdades históricamente constituidas.

Palabras clave: Trabajo de Mujeres Rurales. Agricultura Familiar. División Sexual del Trabajo. Proyecto Mujeres de la Energía de la Tierra. Tecnologías Sociales.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade entre o trabalho masculino e feminino constitui um processo historicamente construído e associado às transformações econômicas e sociais que acompanharam a consolidação do modo de produção capitalista. Conforme Federici (2017), a opressão feminina não corresponde a uma herança natural ou a uma continuidade do mundo pré-moderno, mas resulta de uma estrutura social construída sobre as diferenças sexuais e reorganizada para atender novas funções econômicas e sociais. Nessa mesma perspectiva, Toledo (2008) argumenta que a condição de inferioridade atribuída às mulheres foi produzida historicamente, aprofundando-se no contexto capitalista a partir de relações que reforçam desigualdades entre os sexos.

As relações sociais estabelecidas ao longo desse processo também repercutiram na organização do trabalho, estruturando formas distintas de inserção de homens e mulheres nos espaços produtivos. A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009), atribuiu funções específicas aos sujeitos com base no sexo, conferindo maior reconhecimento econômico e social às atividades masculinas e deslocando parte significativa do trabalho feminino para espaços historicamente invisibilizados. Essas relações ultrapassam os espaços urbanos e assumem características particulares no meio rural, onde as mulheres desempenham atividades relacionadas à produção agrícola, aos cuidados domésticos, à criação de animais e à manutenção das unidades familiares de produção.

No contexto da agricultura familiar, a participação feminina ocorre em diferentes dimensões do trabalho cotidiano, embora grande parte dessas atividades permaneça relacionada a processos de baixa valorização econômica e reconhecimento social. Brumer (2004) destaca que as mulheres rurais frequentemente acumulam atividades produtivas e reprodutivas, convivendo com extensas jornadas de trabalho e relações de desigualdade presentes na organização familiar e produtiva.

No estado de Goiás, iniciativas voltadas às mulheres agricultoras passaram a incorporar estratégias relacionadas à ampliação das condições produtivas e à construção de formas coletivas de organização. Entre essas experiências encontra-se o Projeto Energia Mulheres da Terra, que atua por meio da implantação de tecnologias sociais[1] relacionadas à energia renovável e recursos hídricos, articulando grupos de agricultoras familiares em uma rede solidária com abrangência territorial no estado.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: como as desigualdades historicamente construídas entre o trabalho masculino e o trabalho feminino se manifestam entre mulheres agricultoras familiares beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra

[1] Entende-se por Tecnologias Sociais (TS) produtos, técnicas ou metodologias desenvolvidas em interação com a população e apropriadas por ela, voltadas à solução de problemas concretos e à promoção da inclusão social. Diferentemente de tecnologias convencionais orientadas prioritariamente pela lógica de mercado, as TS são construídas a partir da participação coletiva, da valorização dos conhecimentos locais e da possibilidade de reaplicação em diferentes contextos sociais (Dagnino, 2010).

no município de Orizona (GO)? O objetivo consiste em analisar as relações de trabalho desenvolvidas por essas agricultoras, considerando os processos históricos que produziram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres no meio rural.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários. A revisão bibliográfica concentrou-se em autores que discutem trabalho feminino, divisão sexual do trabalho, agricultura familiar, território e relações sociais no capitalismo, possibilitando a construção do referencial teórico que sustenta a análise proposta. A análise documental contemplou materiais relacionados ao Projeto Energia Mulheres da Terra, especialmente o documento Apresentação da proposta submetido ao Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (Energia Mulheres da Terra, 2017), além do banco de experiências do projeto (Energia!, 2020), utilizados para caracterização das ações desenvolvidas, das tecnologias implementadas e das agricultoras beneficiadas.

Também foram utilizados dados secundários obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo informações do Censo Agropecuário, do Censo Demográfico e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), empregados na caracterização do Território Rural Estrada de Ferro e do município de Orizona (GO). A análise foi desenvolvida a partir da articulação entre o referencial teórico, os documentos analisados e as informações referentes às experiências das mulheres agricultoras familiares beneficiadas pelo projeto, buscando compreender as relações de trabalho desenvolvidas por essas mulheres e os processos históricos associados à permanência das desigualdades no meio rural.

2 TRABALHO FEMININO, CAPITALISMO E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DESIGUALDADE

A desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho não constitui um fenômeno recente e tampouco pode ser compreendida como resultado exclusivo de diferenças biológicas entre os sexos. Conforme Federici (2017), a opressão feminina corresponde a um processo historicamente construído, vinculado às transformações econômicas, sociais e políticas vinculadas à formação do capitalismo. Nesse sentido, a condição feminina não deriva de uma herança natural ou imutável, mas de relações historicamente estabelecidas e reorganizadas para atender necessidades específicas do sistema econômico.

Segundo Toledo (2008), a mulher não nasceu em condição de inferioridade, mas passou a ser tratada dessa forma ao longo da história. As relações sociais constituídas em diferentes sociedades atribuíram papéis distintos a homens e mulheres, priorizando a figura masculina nos espaços de poder, na política, nas atividades econômicas, na intelectualidade e na organização social. O capitalismo

incorporou essas desigualdades históricas e estabeleceu novos mecanismos de reprodução dessas relações.

A consolidação desse sistema econômico produziu transformações significativas nas formas de organização do trabalho e da vida social. Federici (2017) demonstra que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, ocorreu um processo de redefinição das funções sociais atribuídas às mulheres, acompanhado por mecanismos de controle sobre seus corpos e sua força de trabalho. Nesse contexto, o fenômeno da caça às bruxas exerceu papel relevante na reorganização das relações sociais, contribuindo para a imposição de novas formas de disciplina e submissão feminina. A perseguição às mulheres representou parte de um processo mais amplo de construção das bases sociais necessárias ao desenvolvimento capitalista.

As transformações ocorridas nesse período também alteraram a organização familiar e as relações de trabalho. Conforme Poster (1979), a constituição da família nuclear burguesa delimitou funções específicas para homens e mulheres, atribuindo ao homem a responsabilidade pelas atividades socialmente reconhecidas e destinadas à produção econômica, enquanto as mulheres passaram a ser associadas às funções domésticas e reprodutivas. Como consequência, atividades desempenhadas pelas mulheres passaram a receber menor reconhecimento social e econômico, mesmo quando vinculadas diretamente à geração de renda.

De acordo com Federici (2017), a desvalorização do trabalho feminino permitiu que as atividades desempenhadas pelas mulheres fossem tratadas como extensões naturais de sua condição biológica e não como trabalho socialmente produzido. Esse processo contribuiu para a feminização da pobreza e para a construção de relações de dependência econômica e social.

A divisão sexual do trabalho, conforme Kergoat (2009), estruturou formas diferenciadas de inserção entre homens e mulheres nos espaços produtivos. Essa organização atribuiu maior valor econômico às atividades masculinas, enquanto parte significativa das tarefas desempenhadas pelas mulheres permaneceu ligada ao espaço doméstico e ao trabalho reprodutivo. Essas relações não permaneceram restritas aos espaços urbanos, sendo incorporadas também ao meio rural e às dinâmicas da agricultura familiar.

Assim, compreender a condição feminina no espaço rural exige considerar que as desigualdades presentes nas relações de trabalho possuem raízes históricas relacionadas à constituição do capitalismo, à manutenção das relações patriarcais e à divisão sexual do trabalho. Esses elementos contribuíram para a construção de formas persistentes de subalternidade feminina, cujos desdobramentos permanecem presentes nas relações sociais contemporâneas.

Nesse contexto, além das transformações históricas relacionadas à formação do capitalismo, torna-se necessário compreender os mecanismos contemporâneos que contribuem para a reprodução dessas desigualdades. Conforme Viana (2009), o atual regime de acumulação integral caracteriza-se

pela intensificação dos processos de exploração da força de trabalho e pela ampliação das exigências produtivas impostas aos trabalhadores. Nesse contexto, as relações de trabalho passam a assumir novas formas de flexibilização e intensificação, mantendo mecanismos históricos de desigualdade social.

No caso das mulheres, esses processos tendem a assumir características específicas. A permanência da responsabilidade pelas atividades domésticas, pelos cuidados familiares e pelas atividades produtivas faz com que as mulheres convivam com múltiplas jornadas de trabalho e com formas ampliadas de sobrecarga. As desigualdades historicamente constituídas passam a ser reproduzidas em novas condições econômicas e sociais, mantendo estruturas que reforçam relações de subalternidade feminina.

Segundo Viana (2009), a intensificação da exploração da força de trabalho constitui elemento central desse regime de acumulação. Considerando a realidade das mulheres trabalhadoras rurais, torna-se necessário compreender como essas dinâmicas contemporâneas se articulam às desigualdades historicamente construídas, especialmente em contextos vinculados à agricultura familiar.

3 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DAS MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO

A compreensão da realidade das mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra exige a contextualização do espaço rural em que estão inseridas, especialmente por se tratar de uma experiência desenvolvida junto a agricultoras familiares no município de Orizona (GO), pertencente ao Território Rural Estrada de Ferro. Nesse sentido, a discussão sobre agricultura familiar, território rural, participação das mulheres no campo e características do município constitui elemento importante para compreender o contexto de desenvolvimento do projeto.

A agricultura familiar constitui uma forma de organização produtiva baseada na articulação entre trabalho, propriedade e família. Abramovay (2010) define a agricultura familiar como aquela em que a propriedade, a gestão e a execução das atividades produtivas são realizadas por indivíduos ligados por relações familiares. Essa definição permite compreender que a agricultura familiar não se limita a pequenas propriedades ou à produção destinada exclusivamente à subsistência, podendo apresentar diferentes configurações econômicas e sociais.

O Dossiê Estatístico elaborado pelo INCRA e FAO (1996) acrescenta que a agricultura familiar apresenta características específicas relacionadas à gestão da unidade produtiva realizada pelos membros familiares, ao predomínio da força de trabalho da própria família e à propriedade dos meios de produção vinculada ao núcleo familiar. Nessa configuração, a família assume papel central tanto na organização do processo produtivo quanto nos mecanismos de reprodução social.

Savoldi e Cunha (2010) ressaltam que a agricultura familiar não deve ser confundida apenas com trabalho familiar, pois seu elemento central está associado ao papel da família como núcleo de

reprodução social. Nesse contexto, a unidade produtiva familiar articula patrimônio material, relações sociais, transmissão cultural e formas próprias de organização da vida rural.

Martins (2001) também compreende a agricultura familiar como uma instituição responsável pela reprodução da família, tendo como núcleo a relação entre terra, trabalho e organização social. A terra ultrapassa sua dimensão produtiva e assume importância para a construção das relações familiares e para a permanência dos agricultores em seu espaço de vida. Nesse sentido, Santos (2016) destaca que a agricultura familiar é desenvolvida em pequenas extensões de terra, utilizando predominantemente mão de obra familiar e produção direcionada ao consumo da própria família. Lemes (2010) acrescenta que o agricultor familiar produz em propriedade própria, vivendo dos resultados de sua produção e sem depender permanentemente da venda de sua força de trabalho.

Segundo Mesquita (2013), a agricultura familiar extrapola a dimensão econômica, interferindo nas formas de vida dos agricultores e em suas relações sociais. Mendes (2005), por sua vez, caracteriza as pequenas propriedades familiares pela centralidade dos meios de produção, pelo trabalho e gestão realizados pelos proprietários, pela produção direcionada ao mercado e ao autoconsumo e pela área limitada a até quatro módulos fiscais.

Essas características permitem compreender a inserção das mulheres na agricultura familiar e as relações de trabalho estabelecidas nesse espaço. Historicamente, as mulheres desempenharam atividades fundamentais para a sobrevivência familiar e comunitária, participando diretamente das atividades produtivas e da manutenção da vida cotidiana. Apesar disso, sua atuação ocorreu em condições marcadas por relações de subordinação em relação aos homens, situação que permanece relevante para compreender a realidade das mulheres rurais contemporâneas.

A agricultura familiar constitui importante espaço de permanência e resistência frente às transformações econômicas e produtivas ocorridas no campo. Entretanto, também reproduz desigualdades relacionadas às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho, que influenciam diretamente a organização das atividades desenvolvidas pelas mulheres.

No âmbito das políticas públicas, os Territórios Rurais foram criados como espaços destinados à articulação de instituições, atores sociais e estratégias de desenvolvimento. Segundo Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019), a partir de 2003 ocorreu uma articulação entre a sociedade civil organizada e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando reconhecer os Territórios Rurais como referência para regiões caracterizadas pela predominância de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e populações rurais organizadas.

A abordagem territorial assume importância porque o rural não se restringe às atividades agrícolas. Conforme Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019), a escala municipal pode apresentar limitações para a elaboração de políticas de desenvolvimento, enquanto a escala estadual pode

dificultar a identificação das particularidades locais. O território rural surge, assim, como uma escala intermediária capaz de articular demandas sociais, atores institucionais e processos de desenvolvimento.

O conceito de território apresenta diferentes interpretações teóricas. Santos (2000) compreende o território como base da vida, do trabalho, das trocas materiais e simbólicas e das relações sociais. Santos e Silveira (2006) destacam a importância de compreender os usos do território, considerando o movimento estabelecido entre suas diferentes partes.

Moraes (2002) afirma que a apropriação do espaço constitui elemento responsável pela transformação de determinada área em território. Haesbaert (1997; 2004) chama atenção para as dimensões políticas, econômicas e simbólicas presentes nesse conceito, enquanto Saquet (2004) acrescenta a necessidade de considerar suas dimensões culturais e naturais. Cunha (2000) afirma que a análise territorial permite identificar relações de poder, mecanismos de gestão e heranças culturais presentes em determinado espaço.

A organização territorial do Projeto Energia Mulheres da Terra ocorre a partir dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais do estado de Goiás. Entre esses espaços encontra-se o Território Rural Estrada de Ferro, localizado na Região Centro-Leste de Goiás e composto pelos municípios de Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.

Castro et al. (2014) destacam a forte presença da agricultura familiar no território, especialmente relacionada à atividade leiteira. Além disso, a região apresenta instituições voltadas à formação rural, como o Centro de Formação da Agricultura Familiar, em Silvânia, e a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI). Ferreira (2011) destaca que a metodologia desenvolvida pela EFAORI valoriza a permanência dos jovens no campo por meio da pedagogia da alternância e do fortalecimento das relações entre formação e realidade rural.

Os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 demonstram forte presença da agricultura familiar no Território Rural Estrada de Ferro, onde aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a essa categoria. Em Orizona, o número de estabelecimentos familiares passou de 1.142 para 1.472 entre os dois períodos, enquanto a área ocupada passou de 46.087 hectares para 55.687 hectares (IBGE, 2006; 2017).

Borges (2007) afirma que a região apresenta forte presença de organizações sociais ligadas à agricultura familiar, como sindicatos, associações, cooperativas e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa organização favorece o acesso a políticas públicas, tecnologias e recursos destinados ao fortalecimento produtivo. Apesar dessas potencialidades, permanecem dificuldades relacionadas ao acesso a tecnologias, à disponibilidade de maquinários, à

capacitação e à incorporação de novas técnicas produtivas, conforme indicado pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (Brasil, 2010).

A participação feminina na agricultura familiar ocupa posição relevante nesse contexto. Os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 demonstram crescimento da presença feminina nos estabelecimentos familiares do Território Rural Estrada de Ferro. Em Orizona, o número de mulheres agricultoras passou de 66 para 164, enquanto no conjunto do território ocorreu crescimento de 598 para 875 mulheres. Rhein (2016) destaca que, embora o homem seja frequentemente reconhecido como principal responsável pela unidade produtiva, as mulheres desempenham múltiplas atividades relacionadas à organização da produção, à gestão da propriedade e aos processos de tomada de decisão.

Mesmo diante desse crescimento, a presença feminina permanece atravessada pela divisão sexual do trabalho. As mulheres frequentemente acumulam atividades relacionadas à maternidade, aos afazeres domésticos, ao cuidado dos animais, às atividades agrícolas e à gestão da propriedade. Brumer (2004) afirma que as mulheres rurais também participam da comercialização de produtos como ovos, natas e queijos, convivendo com extensas jornadas de trabalho e reduzido reconhecimento econômico e social. As fronteiras entre atividades produtivas e reprodutivas tornam-se pouco definidas, contribuindo para a intensificação da sobrecarga feminina.

Orizona foi selecionado como universo empírico em razão de suas características produtivas e territoriais. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o município possuía 14.300 habitantes, dos quais 6.325 residiam em áreas rurais, representando aproximadamente 44,2% da população municipal (IBGE, 2010). Bezerra (2003) demonstra que a economia local apresenta forte relação com a atividade pecuária. Castro et al. (2014) reforçam a importância do município para a cadeia produtiva do leite e destacam a presença de organizações sociais vinculadas à agricultura familiar.

Outro aspecto relevante refere-se à estrutura fundiária local, marcada por menor concentração quando comparada a outras áreas do Centro-Oeste. Conforme Bezerra (2003), desde a década de 1970 predominam estabelecimentos entre 10 e 20 hectares. Castro et al. (2014) também identificam aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada por propriedades entre 10 e 100 hectares.

Esses elementos permitem compreender o contexto social, econômico e territorial em que se inserem as mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra e as dinâmicas relacionadas à agricultura familiar, às formas de organização social e às relações de trabalho presentes no município.

4 O PROJETO ENERGIA MULHERES DA TERRA E AS MULHERES BENEFICIADAS EM ORIZONA (GO)

O Projeto Energia Mulheres da Terra atua na qualificação dos processos produtivos de grupos de mulheres agricultoras familiares do estado de Goiás, por meio da constituição de uma rede solidária voltada à implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos. Sua proposta está vinculada

à categoria de energia limpa e renovável e contempla a elaboração de um Plano de Energias Renováveis para a Agricultura Familiar, resultante da experiência desenvolvida no estado de Goiás (Energia Mulheres da Terra, 2017).

A rede proposta é formada por instituições da agricultura familiar no estado de Goiás e contempla mulheres agricultoras familiares que desenvolvem produção diversificada, associações e cooperativas de mulheres, organizações que valorizam o trabalho feminino rural em suas atividades sociais, Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), organizações voltadas à produção agroecológica, pequenas agroindústrias e outros grupos, associações e cooperativas representativas da agricultura familiar (Energia Mulheres da Terra, 2017).

O projeto foi elaborado em parceria com a GEPAAF Assessoria Rural, a Cooperativa Casa do Cerrado, o Instituto Coruja, a Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás e colaboradores da rede de organizações populares da agricultura familiar do estado de Goiás. O financiamento ocorreu pelo Fundo Socioambiental Caixa, por meio do Edital n.º 02/2017, destinado a projetos de energias limpas e renováveis e de gestão de recursos hídricos (Energia Mulheres da Terra, 2017).

A abrangência territorial do projeto é estadual e toma como referência a divisão dos Programas Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no estado de Goiás. A rede contempla os territórios Estrada de Ferro, Médio Araguaia, incluindo o município de Nazário, Vale do Araguaia, Vale do Rio Vermelho, Vale do Paranã e Vale do São Patrício (Energia Mulheres da Terra, 2017). Nesse conjunto, o Território Rural Estrada de Ferro assume centralidade para a análise das mulheres agricultoras familiares beneficiadas no município de Orizona (GO).

O objetivo geral do Projeto Energia Mulheres da Terra é atuar na qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do estado de Goiás, estabelecendo uma rede solidária por meio da incorporação de tecnologias sociais de energia renovável e recursos hídricos (Energia Mulheres da Terra, 2017). A partir desse objetivo geral, desdobram-se objetivos específicos e ações voltadas à constituição da rede solidária, à formação dos núcleos territoriais, à criação dos conselhos gestores locais, à implantação de projetos familiares, comunitários e solidários e à articulação entre agricultoras, organizações sociais e instituições públicas.

A constituição da rede solidária ocorreu a partir de reuniões iniciais nos núcleos presentes em seis territórios do estado de Goiás. Dessas reuniões foram criados conselhos gestores locais, permitindo a socialização das ações do projeto junto ao seu público direto. Inicialmente, foram previstas seis reuniões, uma em cada núcleo da rede, para constituir os conselhos gestores locais e organizar os processos de implantação das ações previstas (Energia Mulheres da Terra, 2017).

A rede solidária é elemento central do projeto, pois articula os núcleos territoriais, os conselhos gestores e as agricultoras beneficiárias. Além dos projetos de maior porte, foram previstos projetos

comunitários e projetos solidários, sendo estes financiados pela própria rede por meio do Fundo Solidário. Dessa forma, o Fundo Solidário é compreendido como uma espécie de poupança comunitária gerida coletivamente, destinada ao fortalecimento da agricultura familiar (Alencar, 2021). Nesse mecanismo, a família beneficiada assume o compromisso de contribuir posteriormente com parte do valor do bem recebido, possibilitando que outras famílias também sejam contempladas. Essa dinâmica busca garantir a rotatividade do fundo e sua continuidade após o término dos recursos iniciais (Santiago, 2011; Energia Mulheres da Terra, 2017).

As tecnologias sociais previstas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra possuem capacidade de contribuir com organizações da agricultura familiar integrantes da rede, especialmente pela possibilidade de redução de despesas com energia elétrica e gás de cozinha, garantia de abastecimento de água e melhoria das condições de trabalho das mulheres e de suas famílias. A rede solidária de abrangência estadual, formada pela articulação e participação de grupos e instituições de mulheres agricultoras, é considerada indispensável para superar a fragilidade e o isolamento de grupos de agricultoras, integrando-as a uma organização mais ampla e com suporte institucional (Energia Mulheres da Terra, 2017).

Ao todo, o projeto previu a realização de 74 projetos familiares, destinados a mulheres agricultoras distribuídas entre os núcleos da rede. Desse total, 60 projetos seriam financiados com recursos do Fundo Socioambiental Caixa e 14 com recursos da própria rede, por meio do Fundo Solidário.

A dimensão territorial construída pelo Projeto Energia Mulheres da Terra evidencia que suas ações ultrapassam a implantação isolada de tecnologias sociais em unidades produtivas específicas. Dados sistematizados pelo projeto indicam a participação de 92 agricultoras integradas à rede, envolvendo 42 organizações distribuídas em 27 municípios do estado de Goiás (Energia Mulheres da Terra, 2025). Esses elementos permitem observar processos de articulação entre agricultoras, organizações locais, instituições de apoio e diferentes atores vinculados à agricultura familiar. Tal característica aproxima-se das discussões de Santos (2000), Haesbaert (2004) e Saquet (2004), ao indicar que o território não corresponde apenas a uma delimitação espacial, mas envolve relações sociais, formas de organização e vínculos construídos entre sujeitos e instituições. Assim, a rede solidária estruturada pelo projeto evidencia dinâmicas que ultrapassam o espaço produtivo individual e passam a integrar processos coletivos mais amplos.

No município de Orizona (GO), as agricultoras beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra desenvolvem atividades vinculadas à agricultura familiar, abrangendo produção agroecológica, pecuária leiteira, cultivo de hortaliças, frutas, mandioca, milho, produção para autoconsumo e comercialização em mercados e feiras locais. Além das atividades produtivas, muitas participam de

organizações sociais, associações comunitárias e instituições ligadas à agricultura familiar, mantendo atuação em diferentes espaços coletivos (Energia!, 2020).

As tecnologias sociais implementadas no município foram distribuídas considerando as necessidades específicas das propriedades e as demandas apresentadas pelas agricultoras. Entre os projetos familiares implantados destacaram-se os biodigestores sertanejos e os kits de bombeamento solar, além de um projeto coletivo de energia solar fotovoltaica destinado à Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) (Energia Mulheres da Terra, 2017; Energia!, 2020).

Os biodigestores foram direcionados principalmente às propriedades que desenvolvem atividades pecuárias, especialmente produção leiteira. Essas tecnologias sociais utilizam resíduos orgânicos, como esterco animal, para a produção de biogás destinado ao uso doméstico e biofertilizantes aplicados em hortas, cultivos agrícolas e quintais produtivos. Sua implantação apresenta potencial para reduzir custos relacionados ao consumo de gás e contribuir para o aproveitamento de recursos existentes nas propriedades familiares (Energia Mulheres da Terra, 2017; Energia!, 2020).

Os kits de bombeamento solar estiveram associados, sobretudo, às demandas relacionadas ao acesso à água nas propriedades rurais. Sua utilização buscou atender atividades de irrigação, abastecimento de reservatórios, manejo de pastagens e desenvolvimento de projetos produtivos específicos, como hortas e sistemas de aquaponia. Em determinadas situações, essas tecnologias também foram direcionadas para enfrentar limitações relacionadas ao abastecimento hídrico em períodos de estiagem (Energia!, 2020; Alencar, 2021).

No caso do projeto coletivo, a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) recebeu sistema de energia solar fotovoltaica destinado à redução dos custos energéticos da instituição. A escola possui atuação voltada à formação de jovens agricultores familiares e atende estudantes de diferentes municípios da região, desempenhando papel relevante na formação técnica e na valorização do espaço rural (Ferreira, 2011; Energia!, 2020).

As experiências desenvolvidas em Orizona evidenciam que as tecnologias implantadas foram incorporadas às dinâmicas produtivas já existentes nas unidades familiares, considerando as necessidades específicas das agricultoras e as características de cada propriedade. Os biodigestores estiveram relacionados ao aproveitamento de resíduos orgânicos para produção de biogás e biofertilizantes, enquanto os kits de bombeamento solar responderam principalmente às demandas de abastecimento hídrico e irrigação. No caso da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), a implantação da energia solar fotovoltaica esteve associada à redução das despesas energéticas e ao fortalecimento de uma instituição voltada à formação de jovens agricultores familiares (Energia Mulheres da Terra, 2017; Energia Mulheres da Terra, 2020; Alencar, 2021).

Assim, as tecnologias sociais implementadas responderam a demandas concretas presentes nas propriedades rurais e passaram a integrar uma realidade marcada pela coexistência entre atividades produtivas, responsabilidades domésticas e participação comunitária. A diversidade de atividades desenvolvidas pelas agricultoras aponta para a centralidade do trabalho feminino na manutenção das unidades familiares e permite compreender que a incorporação dessas tecnologias ocorre em um contexto de múltiplas responsabilidades assumidas pelas mulheres rurais (Energia!, 2020).

Nesse sentido, o Projeto Energia Mulheres da Terra possibilita a incorporação de tecnologias sociais que podem reduzir despesas, melhorar o acesso à água, favorecer a produção de alimentos, fortalecer práticas agroecológicas e ampliar condições produtivas nas propriedades. Ao mesmo tempo, a realidade das beneficiárias precisa ser compreendida à luz da divisão sexual do trabalho e da sobrecarga que marca a vida das mulheres rurais. Conforme Brumer (2004), as mulheres no campo acumulam atividades domésticas, cuidado com animais, ordenha, manutenção do quintal e comercialização de produtos como ovos, natas e queijos, muitas vezes com reduzido reconhecimento econômico e social.

A inserção das tecnologias nas propriedades das agricultoras de Orizona, portanto, ocorre em um contexto no qual produção, reprodução social e vida comunitária estão profundamente articuladas. As tecnologias sociais não substituem a necessidade de compreender as relações sociais que organizam o trabalho feminino no campo. Elas se somam a um cotidiano marcado pela participação ativa das mulheres na agricultura familiar, pela busca de permanência no território e pelas contradições próprias de uma organização produtiva em que o trabalho feminino é central, embora historicamente invisibilizado.

5 TRABALHO FEMININO RURAL E A PERMANÊNCIA DAS DESIGUALDADES ENTRE AS MULHERES BENEFICIADAS

A realidade das mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra encontra-se inserida em processos históricos mais amplos relacionados à construção das desigualdades entre homens e mulheres e à organização das relações de trabalho no capitalismo. Conforme discutido anteriormente, a condição de subalternidade feminina não corresponde a uma característica natural, mas a um processo social historicamente construído. Federici (2017) demonstra que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, mudanças nas relações econômicas produziram efeitos diretos sobre a vida das mulheres, restringindo o acesso à propriedade, à renda e às formas de autonomia econômica.

A reorganização das relações produtivas também alterou a organização familiar e a distribuição das atividades entre homens e mulheres. Poster (1979) destaca que a família monogâmica permitiu maior participação feminina em atividades ligadas à produção social; entretanto, a permanência das

responsabilidades domésticas manteve formas de sobrecarga associadas ao trabalho feminino. Essa dinâmica apresenta características ainda mais intensas no contexto das mulheres rurais, cuja rotina frequentemente envolve atividades agrícolas, cuidados com animais, responsabilidades domésticas e cuidados familiares.

As atividades desenvolvidas pelas agricultoras beneficiadas em Orizona evidenciam essa multiplicidade de funções. As mulheres participantes atuam simultaneamente na produção agrícola, na criação de animais, na comercialização de produtos, na administração das propriedades e na manutenção das atividades domésticas. Além das tarefas produtivas, muitas participam de organizações comunitárias e de espaços coletivos ligados à agricultura familiar, desempenhando funções diversas dentro e fora das propriedades rurais (Energia!, 2020; Alencar, 2021).

Nesse contexto, torna-se relevante compreender essas experiências considerando as características do atual regime de acumulação integral. Segundo Viana (2009), essa fase do capitalismo caracteriza-se pela intensificação dos processos de exploração da força de trabalho e pela ampliação das exigências impostas aos trabalhadores. As transformações contemporâneas nas relações de trabalho também produzem mecanismos que buscam legitimar novas formas de exploração, frequentemente vinculadas a discursos relacionados à flexibilização, participação e adaptação às demandas produtivas.

As tecnologias implantadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra possibilitaram melhorias relacionadas às condições produtivas das propriedades, contribuindo para o acesso à água, utilização de biofertilizantes, redução de despesas energéticas e fortalecimento de determinadas atividades agrícolas (Energia Mulheres da Terra, 2017; Energia!, 2020). Entretanto, a incorporação dessas tecnologias também requer reflexão sobre seus possíveis efeitos nas dinâmicas de trabalho já existentes nas propriedades familiares.

Engels e Marx (1982) utilizam o conceito de ideologia para explicar construções sociais que podem produzir interpretações dissociadas das condições materiais da realidade. Posteriormente, Codato (2016) acrescenta que as tradições ideológicas atuam na construção de padrões coletivos de comportamento e na legitimação de determinadas relações sociais. A partir dessa perspectiva, torna-se relevante considerar que determinadas mudanças produtivas podem gerar efeitos distintos daqueles inicialmente esperados.

Nas experiências observadas em Orizona, tecnologias sociais relacionadas ao abastecimento hídrico ou ao aproveitamento energético podem produzir ganhos em determinadas atividades desenvolvidas pelas agricultoras. Entretanto, a redução do tempo empregado em uma atividade específica não implica necessariamente a diminuição da carga total de trabalho. O tempo disponibilizado pode ser direcionado para novas atividades produtivas ou para ampliação de atividades já existentes na propriedade.

No caso dos biodigestores, por exemplo, a produção de biofertilizantes pode favorecer a ampliação de hortas e cultivos agrícolas. Da mesma forma, melhorias relacionadas ao acesso à água podem permitir expansão de atividades produtivas anteriormente limitadas por dificuldades de abastecimento. Essas alterações podem contribuir para aumento da produção familiar e geração de renda; contudo, também podem ampliar responsabilidades assumidas pelas mulheres no cotidiano das propriedades.

O depoimento da agricultora Oliveira, beneficiária do projeto, evidencia transformações percebidas pelas beneficiadas em relação à participação comunitária, fortalecimento das relações sociais e valorização do papel feminino no meio rural. Entre os elementos destacados encontram-se maior aproximação entre famílias participantes, fortalecimento das relações comunitárias e aumento do interesse das mulheres em processos de tomada de decisão relacionados às propriedades e às comunidades (Agricultora Oliveira, 2020).

Informações produzidas pelo próprio Projeto Energia Mulheres da Terra permitem identificar mudanças percebidas pelas agricultoras participantes. Dados sistematizados pelo projeto indicam que 47% das mulheres participantes identificaram contribuições das tecnologias para processos de produção agroecológica de alimentos, enquanto 43% apontaram aumento de sua participação nas decisões familiares e 30% relataram ampliação da participação em decisões relacionadas à organização política da comunidade (Energia Mulheres da Terra, 2025). Esses resultados não permitem compreender isoladamente transformações nas relações de gênero ou alterações estruturais nas desigualdades presentes no meio rural. Entretanto, possibilitam identificar movimentos relacionados ao fortalecimento da participação feminina em espaços produtivos e comunitários.

A interpretação desses resultados torna-se particularmente relevante quando articulada às discussões desenvolvidas por Brumer (2004) e Kergoat (2009). Historicamente, a participação das mulheres nas atividades produtivas rurais ocorreu sob condições marcadas pela baixa valorização econômica e pelo reduzido reconhecimento social. Nesse contexto, processos associados à ampliação da participação em decisões familiares e comunitárias podem indicar mudanças relacionadas ao reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos nos processos organizativos e produtivos presentes no espaço rural.

Ao mesmo tempo, a existência desses avanços não implica superação automática das desigualdades historicamente construídas. Conforme discutido anteriormente, a ampliação das possibilidades produtivas e da participação social pode ocorrer simultaneamente à permanência da sobrecarga feminina e da divisão sexual do trabalho. As transformações identificadas precisam ser compreendidas considerando as relações sociais que estruturam o cotidiano das agricultoras familiares, evitando interpretações que associem a incorporação de tecnologias a processos lineares de emancipação ou autonomia feminina.

As experiências analisadas permitem compreender que o Projeto Energia Mulheres da Terra produz efeitos relacionados à ampliação das atividades desenvolvidas pelas agricultoras, ao aumento da participação feminina em espaços coletivos e à consolidação de processos organizativos locais. A incorporação das tecnologias implantadas ocorre em realidades produtivas já estruturadas e passa a integrar dinâmicas marcadas pela articulação entre produção agrícola, responsabilidades domésticas e participação comunitária. Embora as experiências observadas indiquem possibilidades associadas à ampliação da produção e ao reconhecimento da participação feminina, tais transformações permanecem inseridas em relações historicamente constituídas, nas quais a divisão sexual do trabalho continua influenciando a organização das atividades e a distribuição das responsabilidades no meio rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender que as desigualdades presentes nas relações entre homens e mulheres no espaço rural não constituem uma condição natural, mas resultam de processos históricos associados à formação e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Conforme discutido por Federici (2017), a condição de subalternidade feminina foi construída e reorganizada para atender funções sociais específicas, produzindo mecanismos que atribuíram menor reconhecimento às atividades desempenhadas pelas mulheres. No meio rural, essas desigualdades assumem características próprias e permanecem relacionadas à divisão sexual do trabalho, à invisibilidade de determinadas atividades e à permanência de responsabilidades historicamente direcionadas às mulheres.

A discussão sobre agricultura familiar e território também possibilitou compreender as particularidades do contexto em que se inserem as mulheres analisadas. O Território Rural Estrada de Ferro apresenta forte presença da agricultura familiar, além de significativa organização social vinculada a sindicatos, associações, cooperativas e instituições voltadas à formação rural. O município de Orizona destaca-se nesse cenário pela presença de pequenas propriedades, pela relevância da atividade leiteira e pela participação crescente das mulheres em atividades ligadas à agricultura familiar. Esses elementos contribuem para compreender a realidade social e produtiva na qual se desenvolvem as experiências analisadas.

No âmbito do Projeto Energia Mulheres da Terra, observou-se a implantação de tecnologias sociais voltadas ao aproveitamento energético e ao uso de recursos hídricos, considerando as necessidades específicas das propriedades familiares. Biodigestores, kits de bombeamento solar e sistemas de energia fotovoltaica foram incorporados às atividades desenvolvidas pelas agricultoras, buscando contribuir para melhorias nas condições produtivas e para o fortalecimento das atividades realizadas nas propriedades. Além dos aspectos relacionados à produção, as experiências

desenvolvidas também evidenciaram fortalecimento das relações comunitárias e maior participação das mulheres em processos coletivos e em espaços de tomada de decisão (Energia Mulheres da Terra, 2017; Energia!, 2020; Alencar, 2021).

As experiências observadas permitem identificar contribuições relacionadas à ampliação das possibilidades produtivas e ao fortalecimento da participação feminina. Entretanto, as transformações observadas não eliminam automaticamente estruturas de desigualdade historicamente constituídas. As mulheres beneficiadas permanecem inseridas em uma realidade marcada pela coexistência entre atividades produtivas, responsabilidades domésticas e participação comunitária. Conforme discutido por Viana (2009), o atual regime de acumulação integral caracteriza-se pela intensificação das exigências relacionadas ao trabalho, aspecto que permite refletir sobre possíveis efeitos decorrentes da incorporação de novas atividades e responsabilidades ao cotidiano das agricultoras.

As tecnologias sociais implantadas podem contribuir para a melhoria das condições de produção, redução de determinadas limitações estruturais e fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais. Ao mesmo tempo, sua inserção ocorre em contextos sociais atravessados por relações historicamente construídas de desigualdade. A ampliação das possibilidades produtivas não implica necessariamente redução das responsabilidades assumidas pelas mulheres, tornando necessária a análise das formas pelas quais essas mudanças se articulam às relações de trabalho existentes nas unidades familiares.

Por fim, considera-se relevante ampliar estudos voltados à compreensão das relações entre tecnologias, trabalho feminino rural e dinâmicas da agricultura familiar, especialmente em contextos marcados pela presença de iniciativas direcionadas ao fortalecimento produtivo de mulheres agricultoras. A continuidade dessas discussões pode contribuir para análises mais amplas sobre os efeitos das tecnologias sociais nas condições de trabalho, nas relações sociais e nos processos de organização das mulheres no meio rural.

REFERÊNCIAS

Agricultora Oliveira, J. (2020, abril). *Depoimento sobre o projeto Energia das Mulheres da Terra – Orizona (GO)* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=aWxg-dwrHrY

Abramovay, R. (2010). *Agricultura familiar*. http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/

Alencar, I. P. V. (2021). *A mulher rural na produção capitalista: O projeto Energia Mulheres da Terra em Orizona (GO)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Goiás].

Alencar, I. P. V., Cardoso Júnior, H. M., & Lunas, D. A. L. (2019). Constituição da política do desenvolvimento territorial rural em Goiás: Análise do acesso às políticas públicas pelos territórios. *Revista Cerrados, 17*(1), 26–52.

Bezerra, L. M. C. (2003). *Agricultura familiar em Orizona (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].

Borges, P. C. A. (2007). *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): Campo de poder e de conflito social* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2010). *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Estrada de Ferro – GO (PTDRS)*. MDA/FCR.

Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas, 12*(1), 205–227.

Castro, C. M., Lopes, D. J., Souza, G. R., Souza, B. C., & Nascimento, R. A. (2014). Cadeia produtiva do leite em Goiás: Uma análise para o território Estrada de Ferro. *Conjuntura Econômica Goiânia*, (30).

Codato, A. (2016). O conceito de ideologia no marxismo clássico: Uma revisão e um modelo de aplicação. *Política & Sociedade, 15*(32), 311. https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311/0

Cunha, L. A. G. (2000). Sobre o conceito de região. *Revista de História Regional, 5*(2), 39–56. http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107

Dagnino, R. (Org.). (2010). *Tecnologia social: Ferramenta para construir outra sociedade* (2ª ed. rev. e ampl.). Komedi.

Energia Mulheres da Terra. (2017). *Apresentação da proposta: Fundo Socioambiental da CEF. Edital 02/2017*.

Energia Mulheres da Terra. (2020). *Banco de experiências do projeto Energia Mulheres da Terra* (Versão 1.000293). https://www.appsheet.com/start/c821a27c-971a-466b-8abe-ce8bcd88525b

Energia Mulheres da Terra. (2025). *Resultados*. https://energiadasmulheresdaterra.org.br/

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.

Ferreira, A. P. M. (2011). *Escola Família Agrícola de Orizona (GO): Uma proposta de educação camponesa?* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: A rede gaúcha no Nordeste*. Eduff.

Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2006). *Censo agropecuário 2006*. http://www.ibge.gov.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo demográfico 2010*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Censo agropecuário 2017*. https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (n.d.). *SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática*. http://www.ibge.gov.br

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/FAO). (1996). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: Dossiê estatístico*. INCRA/FAO.

Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata et al. (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67–75). Editora UNESP.

Lemes, K. C. (2010). *Family farm and territorial: The challenges of farmers in the community Taquaral Orizona (GO)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Martins, J. S. (2001). *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil*.

Marx, K., & Engels, F. (1982). L'idéologie allemande ("Conception matérialiste et critique du monde"). In K. Marx, *Oeuvres* (Vol. III). Gallimard.

Mendes, E. P. P. (2005). *A produção rural familiar em Goiás: As comunidades rurais no município de Catalão* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista].

Mesquita, L. A. P. (2013). *O papel das mulheres na agricultura familiar: A comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Moraes, A. C. R. (2002). *Território e história no Brasil*. Annablume/Hucitec.

Poster, M. (1979). *Teoria crítica da família*.

Rhein, T. H. (2016). *Desafio da mulher na gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfália/RS* [Artigo de graduação, Universidade do Vale do Taquari – Univates]. http://hdl.handle.net/10737/1483

Santiago, E. G. (2011). *Fundos solidários: Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário*. http://cirandas.net/articles/0010/1605/fundos_cartilha.pdf

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Record.

Santos, M., & Silveira, M. L. (2006). *O Brasil: Território e sociedade no início do século 21* (9ª ed.). Record.

Santos, N. A. (2016). A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: Entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, Número Especial, 331–337.

Saquet, M. A. (2004). O território: Diferentes interpretações na literatura italiana. In A. D. Ribas, E. S. Sposito, & M. A. Saquet, *Território e desenvolvimento: Diferentes abordagens*. Unioeste.

Savoldi, A., & Cunha, L. A. (2010). Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. *Revista Geografar, 5*(1), 25–45.

Toledo, C. (2008). *Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide*. Sundermann.

Viana, N. (2009). *O capitalismo na era da integração integral*. Editora Santuário.